

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/XIII/1.^a

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES NO SNS E INTERVENÇÃO URGENTE EM SERVIÇOS COM FALHAS GRAVES OU EM SITUAÇÃO DE POTENCIAL RUTURA

O Governo PSD/CDS submeteu o país a quatro anos de austeridade. Para os bancos e banqueiros nunca faltou dinheiro, mas para que isso fosse possível, sacrificaram-se as pessoas e cortou-se onde nunca se deveria ter cortado. A saúde é um exemplo gritante da insensatez da austeridade e da insensatez do anterior Governo.

Quatro anos de cortes no Serviço Nacional de Saúde (SNS) tornaram a saúde mais cara para os utentes, fizeram com que os serviços ficassem mais longínquos e impossibilitaram melhores respostas por parte dos hospitais públicos.

O encerramento de valências e urgências nos hospitais mais pequenos e a concentração excessiva nas sedes dos centros hospitalares sobrelotaram estes últimos hospitais e impossibilitaram respostas adequadas por parte do Serviço Nacional de Saúde.

O ataque às condições de trabalho e aos direitos laborais dos vários profissionais na área da saúde dificultaram a fixação de profissionais no SNS. O desinvestimento na resposta pública de saúde fez com que 3000 médicos tenham abandonado o SNS desde 2011, o que trouxe enormes problemas a vários hospitais que perderam profissionais muito experientes e altamente diferenciados.

Junta-se a isto a débil política de contratação que nunca permitiu suprir a falta de médicos e de enfermeiros em diversos hospitais. Lembramos o relatório da primavera

do Observatório Português dos Sistemas de Saúde onde se alertava para o fato de Portugal ser dos países da OCDE com um rácio enfermeiro/médico mais desequilibrado, sendo que a falta de enfermeiros era particularmente gritante no Serviço Nacional de Saúde.

Os cortes no financiamento do Serviço Nacional de Saúde, o encerramento de valências e a excessiva concentração em hospitais de maior dimensão, a perda de médicos para os privados e a inexistência de uma política de contratação que colmatasse as necessidades do público, deterioraram em muito a capacidade de resposta do SNS.

Como consequência de toda esta austeridade, já no inverno passado o país tinha assistido à rutura de diversos serviços de urgência. O Governo anterior deveria ter percebido então que teria que reverter as medidas de austeridade na área da saúde; deveria ter percebido que estava a ir longe de mais e que estava a colocar em risco os utentes, em especial os que se deslocam aos serviços de saúde com episódios agudos e para quem é necessária uma resposta urgente e imediata.

Mas o anterior Governo mostrou-se insensível a estes problemas e sempre que foi alertado para as possíveis consequências da sua política respondeu com negligência.

O trágico episódio no hospital S. José que teve como desfecho a morte de um jovem por falta de assistência médica é disso exemplo. Logo em 2013, quando a equipa de neurorradiologia de intervenção deixou de fazer prevenção durante o fim de semana, o Bloco de Esquerda alertou a tutela para os potenciais perigos e riscos que esta situação representava para os utentes. Quando depois disto também a equipa de neurocirurgia vascular deixou de fazer a prevenção durante o fim de semana, o Bloco de Esquerda voltou a insistir junto da tutela para a necessidade de se encontrar uma solução rápida para colmatar esta falha. No entanto, nunca nada foi feito pelo anterior Governo.

Não se pode aceitar que a austeridade se sobreponha a um Serviço Nacional de Saúde funcional e capaz de dar resposta a todos que dele necessitam, em particular aqueles que necessitam de uma resposta urgente.

Não podemos aceitar mais casos como o que aconteceu no Hospital S. José. Mas continuam a chegar notícias de outros serviços noutros hospitais onde as falhas são enormes. É preciso, por isso, que o atual Governo faça um levantamento das

necessidades prementes no Serviço Nacional de Saúde e resposta de forma muito célere a essas necessidades.

Depois do caso no Hospital S. José, o Presidente do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos veio denunciar publicamente que o Norte do país não tem radiologistas a partir das 24h, mesmo no caso de hospitais considerados 'fim de linha' e/ou com urgência polivalente. Esta situação é grave porque pode representar atrasos ou falhas no diagnóstico de um paciente e, conseqüentemente, atrasar ou dificultar a decisão sobre a melhor resposta a dar àquele paciente em concreto.

Já o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses denunciou que as Vias Verdes Coronária e do AVC estão com problemas para conseguir manter equipas de prevenção. A razão volta a prender-se com os cortes feitos pelo anterior Governo e, mais uma vez, a falta de equipas de prevenção pode significar conseqüências trágicas. A intervenção num caso de AVC ou de enfarte agudo do miocárdio deve ser imediata. A rapidez da intervenção diminui em muito a mortalidade e morbilidade associadas a estes episódios, daí as Vias Verdes serem da maior importância, assim como a necessidade de existirem equipas de prevenção.

Estas são denúncias que surgiram recentemente e que mostram falhas inaceitáveis noutros serviços e respostas do SNS.

Juntam-se a outras situações que já são conhecidas há mais tempo: desde a falta crónica de médicos e outros profissionais de saúde no centro Hospitalar do Algarve (em especial, anestesistas e ortopedistas), que leva a que muitos pacientes tenham que ser transferidos para Lisboa ou, noutros casos, tenham que esperar semanas por cirurgias que são consideradas urgentes; ou o caso do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, por exemplo, onde a falta crónica de especialistas em várias valências já levou à instituição de um 'corredor de ambulâncias' entre Aveiro e Coimbra, tal é o número de doentes que têm que ser transferidos para os hospitais de Coimbra, ou levou a listas de espera de 2 anos em hematologia.

Todas estas situações demonstram que a austeridade não foi uma poupança que se fez; foi, isso sim, um corte cego que pode custar muito caro.

Por todo o país existem problemas e insuficiências criados pelos cortes na saúde. É preciso averiguar em que hospitais existem serviços que entraram em rutura ou que estão a funcionar no limite das suas capacidades; é preciso fazer um levantamento exaustivo de todos os casos onde os cortes dificultam uma resposta rápida e de qualidade. E é preciso resolver esses problemas de imediato.

Não podemos tolerar um país onde se morre num hospital por falta de assistência médica, nem podemos aceitar a deterioração do nosso SNS. Pelo contrário, deveremos querer e criar um serviço público de saúde de qualidade e com capacidade para uma resposta rápida e eficaz aos pacientes que dela necessitam.

Por isso, o Bloco de Esquerda apresenta esta iniciativa legislativa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda a um levantamento de todas as necessidades existentes no SNS, em particular nos hospitais e serviços onde existam falhas na capacidade de reposta ou onde se esteja a operar no limite da capacidade;
2. Atue de imediato sobre essas falhas - com prioridade para aquelas que impossibilitam respostas em casos urgentes - permitindo o reforço de equipas e criando condições para a fixação dos profissionais no SNS.

Assembleia da República, 29 de dezembro de 2015.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,